

ABANDONO AFETIVO: Consequência do abandono paterno no desenvolvimento infantil a partir da perspectiva psicanalítica

Letícia Cristina Ferreira¹; Rosangela Cecília Rodrigues Gomes da Silva¹; Lubieska Saleme Nogueira^{2,5}; Sheila Cordeiro Souza Moreira^{3,5}; Tatiane Cristine de Souza Lima^{4,5*}

¹ Graduanda em Psicologia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Esp. em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica – FAVENI; ³ Esp. em Atenção Primária à Saúde, Mestranda em Psicologia Profissional – UNISC; ⁴ Esp. em Psicologia Hospitalar – Hospital Israelita Albert Einstein; ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS.

* autor correspondente: tatianecristine.lima@gmail.com

RESUMO

O trabalho teve como objetivo analisar os impactos emocionais e psicológicos que o abandono paterno pode causar no desenvolvimento da criança. A partir da perspectiva psicanalítica, foram discutidos os conceitos de abandono afetivo, o papel do pai na formação do sujeito e a importância dos vínculos afetivos na infância. A pesquisa foi embasada em teorias psicanalíticas, como as de Sigmund Freud, que abordam a temática do abandono afetivo e seus desdobramentos na psique infantil. Além disso, foram apresentados estudos sobre os efeitos do abandono paterno no desenvolvimento da criança, como problemas de autoestima, dificuldades de relacionamento e transtornos psicológicos. Por fim, foram discutidas estratégias de intervenção e apoio psicológico para pais e crianças que sofreram com o abandono afetivo para promover melhor desenvolvimento emocional e social. O trabalho também buscou trazer reflexões sobre a importância do envolvimento paterno e do cuidado emocional na formação da identidade e no desenvolvimento saudável da criança. Abordou-se questões como a construção do *self* e a formação dos primeiros vínculos afetivos na infância, destacando a influência do pai nesse processo. A pesquisa se baseou em revisão da literatura, incluindo estudos acadêmicos, artigos científicos e livros especializados na área. Concluiu-se que o abandono afetivo paterno infantil é um problema sério que afeta o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. A falta de vínculo afetivo e apoio emocional do pai pode levar à baixa autoestima, dificuldades de relacionamento e até mesmo transtornos mentais na vida adulta. É fundamental que os pais entendam a importância do seu papel na vida dos filhos, construindo um vínculo afetivo saudável e oferecendo suporte emocional.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento infantil; psicanálise; paternidade; abandono afetivo; consequências.

1 INTRODUÇÃO

A importância da presença do pai na vida de uma criança é fundamental

para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social. A sua ausência pode ter impactos significativos no bem-estar e na formação da identidade do indivíduo,

pois ele desempenha papel mais ativo e envolvido na vida dos filhos e na dinâmica familiar como um todo. Esse processo de evolução é impulsionado por uma série de fatores (BENCZIK, 2011).

Primeiramente, as transformações culturais têm desafiado as antigas expectativas de gênero, nas quais os homens eram vistos como sendo responsáveis apenas pelo trabalho fora de casa e pouco envolvidos nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. O movimento feminista e as lutas por igualdade de gênero têm contribuído para quebrar esses estereótipos, permitindo que os homens também assumam um papel ativo na criação dos filhos. Além disso, as transformações sociais, como a diminuição das taxas de natalidade e a diversificação dos modelos familiares, têm levado a uma maior valorização da figura paterna. Com menos filhos por família, os pais têm mais tempo e disponibilidade para se envolverem na criação e educação dos filhos. Aliás, a diversidade de arranjos familiares, como pais solteiros, casais homoafetivos e famílias adotivas, também tem contribuído para a ampliação do papel dos pais na sociedade (SERÓDIO, 2009).

Outro fator importante é a evolução das relações familiares. Hoje em dia, a ideia de família já não se restringe apenas ao modelo tradicional, com pai, mãe e filhos. As relações afetivas e os laços de parentesco são reconhecidos de forma mais ampla, o que implica em novas formas de paternidade. Os pais têm a liberdade de se envolverem emocionalmente e afetivamente com os filhos, independentemente da estrutura familiar em que se inserem. Ademais, a própria sociedade tem demandado uma maior participação dos pais na criação dos filhos. Com a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e a busca por equilíbrio entre vida pessoal e profissional, é necessário que os homens assumam um papel mais ativo nos

cuidados familiares. Essa maior participação dos pais na vida dos filhos é benéfica tanto para as crianças, que têm uma figura paterna presente e envolvida, como também para as mulheres, que conseguem conciliar suas responsabilidades profissionais e familiares de forma mais equilibrada. Dessa forma, o papel do pai na sociedade tem evoluído significativamente, deixando de ser apenas o provedor financeiro e assumindo responsabilidades afetivas, emocionais e práticas na criação dos filhos. Essa evolução é reflexo das transformações culturais, sociais e familiares que vêm ocorrendo nas últimas décadas, e é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e com relações familiares mais saudáveis e equilibradas (BENCZIK, 2011).

2 A IMPORTÂNCIA E A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA DA CRIANÇA

Levando-se em consideração que a família leva a posição de primeira e mais importante instituição organizada do mundo, servindo como base de todas as outras, ela deve ser considerada como a principal unidade básica de desenvolvimento do ser humano.

“Designa-se por família o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco ou laços afetivos e vivem na mesma casa formando um lar”, na Constituição Brasileira o termo família é amplo, porque leva em consideração diversas formas de organização baseada na relação afetiva e de convivência (FAMÍLIA, 2023).

A família tem um papel fundamental na vida humana, principalmente no desenvolvimento de uma criança, pois é através desta instituição tão antiga que se estabelece os primeiros contatos com o mundo externo, sendo ela responsável por ensinar, educar e introduzir a mesma à sociedade (COSTA; OLIVEIRA, 2018).

Sabemos que o termo família está

em constante processo de transformação e evolução, devendo então salientar que o entendimento de família é mutável. Atualmente vivenciamos novos modelos de composição familiar, contudo o modelo familiar heterossexual composto por homem e mulher não sejam os únicos modelos presentes na sociedade Brasileira, portanto independente da composição o papel da família no desenvolvimento infantil não muda (OLIVEIRA et al., 2020), que de acordo com o Art. 229 de Constituição Federal de 1988, “[...] os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos” (BRASIL, 1988).

Fabrino (2012) afirma que a criança que tem uma família que transmite afeto nas relações e segurança no desenvolvimento cognitivo, físico e emocional penderá a se tornar um adulto seguro e com condições apropriadas para experienciar vivências do dia a dia. Costa (1997 apud COSTA; OLIVEIRA, 2018, p. 48) relata que “[...] a mãe é responsável pelo nascimento biológico, porém a figura paterna que proporciona condições necessárias para o nascimento psicológico”.

3 DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PERSPECTIVA DE FREUD

Sabemos que no percorrer da vida humana acontece constantes transformações tanto físicas quanto cognitivas. O ser humano no decorrer do seu crescimento passa por fases necessárias e importantes para vosso desenvolvimento. Tais fases começa desde o nascimento e se estende até a vida adulta, segundo Freud (COSTA; OLIVEIRA, 2011).

Sigmund Freud, também conhecido como o pai da teoria psicanalítica, nasceu em 06 de maio de 1856 e sua morte em 23 de setembro de 1939, com formação em medicina neurológica e psiquiátrica. Ele foi o criador da Psicanálise, que é uma abordagem teórica desenvolvida a partir do século XIX, em 1881, após sua formação, ela é uma área da

investigação do funcionamento da mente do ser humano (FEBRAPSI, s.d.).

O autor desenvolve em um de seus estudos, como acontece o desenvolvimento humano, ele diz que esse processo acontece por cinco fases psicosssexuais (oral, anal, fálica, latência e genital) que acontecem na infância, e que faz parte da construção da personalidade do indivíduo (FARIAS; NANTES; AGUIAR, 2015).

Envolver a questão da sexualidade no processo de desenvolvimento na infância custou muito para Freud, que foi muito criticado por isso, pois quando falamos de sexualidade, associam-se apenas a práticas sexuais em si, porém vai além disso. A sexualidade compõe-se na construção histórica, social e cultural (FREITAS et al., 2012):

A sexualidade consiste numa construção social, histórica e cultural que transcende a genitalidade. Muitas vezes, porém, ela vem atrelada somente à ideia de órgãos genitais, cenas de sexo, ou qualquer outra manifestação que, embora faça parte dessa ampla construção social, não representa a sexualidade em sua totalidade (FREITAS et al., 2012, p. 106).

Freitas et al. (2012) ainda fez uma citação, onde diz que a sexualidade faz parte da formação da personalidade de cada ser humano, cito abaixo:

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada indivíduo, como uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde

física como a mental (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1975 apud EGYPTO, 2003, p.15-16).

Quando Freud fala sobre a questão da sexualidade na infância, a intenção não era de impactar a sociedade daquela época através desse material, mas sim de auxiliar através do seu estudo sobre a sexualidade infantil, responsáveis e educadores a entender de forma clara e direta, que existe sim a sexualidade na criança (FREUD, 1925 [1924] apud FREITAS et al., 2012).

Após os estudos de Freud, a visão sobre a sexualidade deixou de se limitar apenas à definição de reprodução, ou seja, do ato sexual em si, processo de procriação da espécie, mesmo que no passado tal definição era forte, nos modelos históricos, sociais e religiosos (TONIETTE, 2004 apud FREITAS et al., 2012, p. 106).

As descobertas de Freud colocam a sexualidade no centro da vida do psiquismo, e provocou grande alarde na época, especialmente diante de uma concepção sobre a infância em que as crianças eram vistas até então como seres assexuados e seres sem quaisquer manifestações eróticas (FREUD, 1905/1976 apud FREITAS et al., 2012, p. 106-107).

Neste sentido, dando sequência sobre a sexualidade infantil, evidenciaremos agora as cinco fases psicosssexuais, percorrendo sobre suas zonas erógenas, seus objetos fantasiados e objetos substituídos em uma procura pelo alívio de prazer (NASIO, 1999).

A fase oral é a fase inicial, que vai desde o nascimento até os 18 meses, onde a zona erógena é a boca, pois a mesma proporciona ao bebê não apenas a satisfação de se alimentar, mas sobretudo o prazer de sucção. O ato de sugar gera um prazer chamado “prazer oral”, que transmite bem-estar onde certas crianças chegam a dormir profundamente

durante a realização da prática (NASIO, 1999).

A fase anal se inicia dos 18 meses e vai até aos 3 anos de idade, e tem como zona erógena o orifício do ânus. Nesta fase o prazer vai além da satisfação das necessidades fisiológicas, ou seja, o ato de eliminar as fezes, a excitação sexual está em prender as fezes, acumulando e assim provocando contrações musculares, para só então expulsá-las de forma brutal. “A excitação sexual da mucosa anal é provocada, inicialmente, por um ritmo particular do esfíncter, quando ele se contrai para reter e se dilata para evacuar” (NASIO, 1999, p. 62).

A fase fálica ocorre dos 3-5 anos de idade, nesta fase a fonte de excitação são seus próprios órgãos genitais, no menino é o pênis e na menina o clitóris, ambos desempenham o papel dominante, fonte de excitação. Este período é complexo pois envolve a relação da criança com seus órgãos genitais, identificação, identidade deles com o seu objeto de desejo, medo de castração, sentimento de raiva, posse, competição e inveja em relação aos pais. Esses múltiplos sentimentos fazem parte do complexo de Édipo, assim chamado por Freud. Nessa fase, a criança tende a uma identificação com um dos pais, onde o menino se identifica com o pai e a menina com a mãe, o menino deseja ser forte como o pai, mas ao mesmo tempo remete ódio a ele por sentir amor pela mãe, já a menina demonstra rivalidade a mãe por ela possuir o pai, mas ao mesmo tempo sente um medo de perder o amor e proteção da mãe. O complexo de Édipo despertar sentimentos que se destacam, tanto no menino quanto na menina, o menino passa a sentir uma angústia, ocasionada pelo medo de ser castrado, pois seu objeto de pulsão/desejo é a mãe fantasiada na qual teme uma punição, já a menina sente a inveja, pois acha que é castrada e culpabilidade disso recai sobre a mãe, o sentimento de

decepção associa-se ao rancor e nostalgia, sentindo-se inferior e injustiçada pela sua falta do falo/pênis, e diante da incapacidade de possuir o órgão desejado, a menina experimenta o desejo de castração (NASIO, 1999).

A fase de latência essa fase ocorre entre os 6-10 anos de idade, em que a energia libidinal é investida para além do próprio corpo, a libido sexual fica adormecida, favorecendo outros investimentos culturais. Uma outra característica dessa fase é a separação entre meninos e meninas, formando-se grupos, tal separação acontece com o intuito de não deixar fácil a provocação dos estímulos que o sexo apostado possa gerar. Período latência não é totalmente livre de anseios sexuais e em alguns momentos é interrompido por um desejo sexual que acaba escapando, porém tais atividades ficam conservadas ao longo desta fase, até a incursão intensiva da pulsão sexual (FREITAS, 2012). Por último, vem a fase genital, que começa a partir dos 11 anos de idade, no período da puberdade/adolescência, que tem como característica a organização das pulsões, influenciada pelas outras fases psicosssexuais da infância, (oral, anal e fálica) citadas acima. Exclusivamente na fase genital é que todas as zonas erógenas serão relacionadas, agindo sob o comando do órgão principal. Segundo Nunes e Silva (2006 apud FREITAS, 2012), depois dos dez anos de idade, na puberdade, a criança passará por mudanças corpóreas, biológicas, afetivas e sociais, período de amadurecimento e organização da estrutura psíquica, a libido volta a concentrar-se nos órgãos genitais devidamente amadurecidos, atingindo o pleno desenvolvimento do adulto normal (FREITAS, 2012).

Freud ainda completa sua teoria dizendo que o aparelho psíquico é composto por três instâncias, id, ego e superego. O Id é considerado como uma instância psicobiológica, onde nascem todas as energias, pulsões e instintos. O

Superego é responsável por princípios morais, leis e regras compostas pela própria experiência de cada indivíduo. O Ego atua como mediador das duas instâncias, id e superego. Ele ainda afirma que, desde o nascimento, o bebê é um "id" (instinto), sem o desenvolvimento dos aspectos "ego" e "superego". A formação destes acontece ao longo da vida, quando o indivíduo se relaciona com o mundo ao seu redor, adquirindo assim os valores e os padrões de comportamento estabelecidos pelos pais (superego) (ALENCAR; MORAES, 2017). Diante disso, podemos perceber então que a criança passa por diversas transformações conforme vai crescendo e mudando de fase. Freud ainda diz que alguns indivíduos não têm capacidade de passar de uma fase para outra, porque ou as suas necessidades não foram supridas de acordo, ou foram tão bem supridas que o mesmo reluta em deixar para trás os benefícios psicológicos daquele determinado estágio (EUZÉBIO, 2020).

Após compreendermos todas as fases que uma criança vivencia na infância até chegar à vida adulta de acordo com Freud, podemos analisar o quanto os pais tem um papel fundamental na vida da criança, pois a educação informal, que é desempenhada pela família, tem uma importância no desenvolvimento da criança e na formação dos valores (WERE, 1998 apud COSTA; OLIVEIRA, 2011).

Para Benczik (2011) existe uma necessidade da presença paterna principalmente quando ela passa pelo complexo de Édipo e na fase da adolescência como citado abaixo:

A necessidade da figura paterna no processo de desenvolvimento infantil ocorre entre seis e doze meses, quando a criança se vê inserida no triângulo edípico, denominado organização genital precoce, e, na adolescência, quando a maturação genital obriga a criança a definir seu

papel na procriação, havendo um movimento mais intenso na adolescência para que o filho alcance maior autonomia (BENCZIK, 2011, p. 69).

De acordo com Bergmann e Eizirik (2004), por um estudo de caso clínico e uma precisa revisão literária sobre a importância da figura paterna na vida dos filhos, afirmam que a ausência da figura paterna pode gerar conflitos no desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança, podendo auxiliar no desenvolvimento de distúrbios de comportamento.

a presença de ambos os pais é que permite à criança viver de forma mais natural os processos de identificação e diferenciação”, e quando um falta, ocorre sobrecarga no papel do outro, gerando um desequilíbrio que pode causar prejuízo na personalidade do filho. O autor diz que, em muitos casos, ocorre uma “superpresença da mãe, anulando a personalidade do filho ou filha”. Comentando o complexo de Édipo no menino, diz que, “para o menino, a ausência do pai significa que nada se interpõe entre ele e sua mãe, o objeto desejado, que é toda sua. Mas esta mãe tão amada também começa a dar limites, e se inicia a guerra”. Considera que a entrada na escola possa facilitar o processo nesse sentido, com o surgimento de outros objetos, com os quais o menino poderá competir e se identificar, mas pensa que nem sempre essas compensações tardias poderão equilibrar a situação internalizada (FERRARI, 1999 apud BERGMANN; EIZIRIK, 2004, p. 331).

As crianças que não têm convivência com o pai, acabam por ter problemas de identificação da sexualidade, dificuldades para reconhecer limites e aprender regras essenciais de convivência social, tal ausência pode manifestar-se de diversas maneiras e entre elas uma maior facilidade para se tornar um delinquente (MUZA, 1998 apud BERGMANN; EIZIRIK, 2004).

4 ABANDONO AFETIVO PATERNO

O abandono afetivo paterno é mais comum do que imaginamos, e vem ocorrendo com bastante frequência atualmente. O mesmo acontece quando o responsável, no caso o pai, negligência afetivamente e não presta assistência à criança demonstrando desprezo em tudo que está relacionado a ela.

De acordo com o dicionário a palavra abandono significa “[...] ação de deixar uma coisa, uma pessoa, uma função, um lugar: abandono da família; abandono do posto; abandono do lar” (ABANDONO, 2023). Já o abandono afetivo é a “[...] omissão de cuidado, de criação, educação, de assistência física, psíquica, moral e social que ambos os pais devem aos filhos, principalmente crianças e adolescentes” (PAIVA; FREIRE; OLIVEIRA, s.d., p. 3), não se trata apenas de auxílio financeiro como também, auxílio físico, social, psicológico e educacional.

Seguindo o assunto abordado, damos sequência então sobre o significado da palavra “pai” que é de origem do latim *pater*, e representa a figura paternal de uma família, ou o genitor de uma pessoa. O termo não se restringe apenas ao biológico, mas também ao pai adotivo ou de criação, que apesar de não ter gerado não deixa de ser pai (PAI, 2023). Portanto, sabe-se que o pai tem um papel de grande relevância na vida do filho e quando a ausência de cuidados necessários, estamos diante de um caso de abandono afetivo. O ato de amar não é obrigatório, no entanto, o abandono afetivo pode gerar dano moral, porque cuidar dos filhos é uma obrigação prevista na constituição. Os responsáveis que praticam negligência e omissão quanto ao dever geral de cuidados podem responder na justiça pelos danos morais causados nos filhos (PAIVA; FREIRE; OLIVEIRA, s.d.)

Entre as diversas maneiras de se relacionar dentro da teoria psicanalítica,

a relação da figura paterna tem um grande impacto na vida e no desenvolvimento da criança, portanto, a ausência, total ou parcial desta figura, pode provocar diversos aspectos negativos. Em razão de que, a figura paterna em especial tem passado por várias modificações na história, e assim teve sua função, também, alterada (ALENCAR; MORAES, 2017).

Na concepção histórica, no antigo Egito, o termo "pai" era usado para se referir tanto aos ancestrais quanto aos deuses, pois a visão que se tinha deste termo era de provedor, capaz de suprir as necessidades dos seus filhos. Na Suméria antiga, o significado era de progenitor, chefe da casa, pai da terra e criador do mundo. Na mesma época, o termo "abu" era usado para designar um rei, administrador, mestre ou oficial. O termo "pai" dentro dos conceitos religiosos passou a ter mais um novo significado, sendo sinônimo justiça, bondade e piedade, expectativas estabelecidas por Deus e consequentemente pelo genitor. Noutras regiões do mundo, o termo contém a mesma essência, mas outros adjetivos o acompanham, indicando não só a figura de um pai, mas todos aqueles que o precederam (SILVA, 2007).

A paternidade tem sofrido mudanças significativas ao longo do tempo. Nos séculos XVII e XVIII, os pais eram vistos como os responsáveis por alimentar, dar instrução religiosa e ética aos filhos. Com a Revolução Industrial, os homens deixaram o campo para buscar trabalho na indústria, resultando em menos tempo disponível para a família. Dessa forma, a tarefa de educar os filhos passou a ser basicamente da mulher (COLEY, 2001 apud CIA; WILLIANS; AIELLO, 2005).

A partir de 1970, com a revolução feminista, o número de mulheres que exercem trabalhos remunerados aumentou. Isso melhorou a situação financeira das famílias, mas também provocou mu-

danças na divisão de papéis entre homens e mulheres tanto no âmbito profissional quanto doméstico (CIA; WILLIANS; AIELLO, 2005).

Até 1970, o homem detinha a maior influência na família. Com o aumento de poder das mulheres, elas passaram a buscar mais direitos e assumiram menos responsabilidades com os filhos exigindo um envolvimento paterno direto. Isto fez com que os papéis familiares se modificassem, resultando no aumento de famílias recasadas e monoparentais (DESEN; SILVA, 2004).

O século XX foi marcado por mudanças significativas na paternidade. Essas mudanças são relacionadas à mulher entrando no mercado de trabalho, ao aumento da ausência do pai e à diversidade cultural. No entanto, existe também um crescente número de pais mais presentes que desenvolvem atividades conjuntas com seus filhos. Ainda assim, o número de famílias monoparentais e divórcios contribuiu para o afastamento de pais da vida de seus filhos (ALVES, 2013).

Alves (2013) ainda argumenta que existem dois tipos de paternidade: a positiva com o modelo provedor e cuidador e a negativa sendo modelo irresponsável, individualista e livre. Ela sugere que a paternidade do futuro seja melhor em qualidade, mas menor em quantidade.

Paternidade é um termo usado para descrever a participação dos pais com seus filhos. Segundo Lamb (2004), o envolvimento da paternidade consiste em três dimensões: engajamento, disponibilidade/acessibilidade e responsabilidade. Participar na vida dos filhos inclui desenvolver tarefas como preparar comida, alimentá-los, colocá-los na cama para dormir, incentivá-los a sorrir, trocar fraldas, dançar e brincar com os filhos. Além do papel clássico de provedor, os pais também têm uma parte articulada no cuidado das crianças (ALVES, 2013).

5 AS CONSEQUÊNCIAS DO ABANDONO AFETIVO PATERNO

De acordo com Campos e Baquião (2023) a família constitui um ambiente essencial para o desenvolvimento adequado de um indivíduo. Seu início não necessariamente é baseado no vínculo matrimonial, mas sim em um sentimento de companheirismo, podendo se estender pela gestação, adoção e monoparentalidade. No entanto, quando um dos membros abandona a família, isso pode causar danos psicológicos à criança que acompanharão por uma vida toda. Essa situação também é definida como dano moral pelo direito, reforçando a importância da presença de ambos os pais na vida dos filhos.

A estrutura familiar vem passando por transformações, pois as mulheres estão trabalhando fora do lar, e não apenas exercendo o papel de cuidadora dos filhos e do lar, criando modelos familiares baseados na afetividade. Estes modelos não dependem de casamento ou consanguinidade (ALVES, 2013).

A família é responsável pela socialização da criança, como o ensino e uso da fala, aprendizagem de normas de convivência e direcionamento educacional. Esses recursos são fundamentais para o desenvolvimento humano, pois contribuem para a formação da personalidade, permitindo que a criança possa se desenvolver psicossocialmente, assim como também trazer benefícios a nível econômico e cultural. Além disso, os pais são responsáveis por proporcionar afeto, carinho e cuidado à criança, aspectos esses que constituem a formação da personalidade (PIRES, 2017).

Ainda de acordo com Alves (2013), podem existir diversas razões para o ocorrido de um abandono afetivo. Isto inclui uma falta de afeição entre as partes vinculadas, que é extremamente necessário para o desenvolvimento de um relacionamento saudável. A ausência destes afetos pode ser consequência de

eventos como divórcio, um contato limitado entre pais e filhos, abuso de algum tipo ou ainda um filho de uma relação fora do casamento.

Abandonar ou negligenciar crianças e jovens logo abre um grave cenário de problemas. Esta atitude pode gerar rejeição, ignorância e desorganização nos aspectos psicológico e moral da vítima. Isso contribui para a queda da autoestima e da confiança, desencadeados, às vezes, pela depressão, ansiedade e traumas. Segundo Canezin (2006), a família está no primeiro nível de convívio do homem. Por isso, ela é interessante como fonte de experiências humanas relevantes para o desenvolvimento saudável da pessoa. Seus valores e moldes de conduta são essenciais na criação de filhos maduros e seguros de si, ou, caso contrário, desestimulados e inseguros.

De acordo com Pires (2017), o abandono interfere diretamente no desenvolvimento do indivíduo, uma vez que a ausência de um dos pais provoca extremo sofrimento emocional, especialmente em crianças, que não tem o genitor presente, pois existem diversas situações sociais que podem gerar constrangimentos e sofrimentos.

Dias (2006) aponta a falta do genitor como um dos principais fatores de comprometimento do desenvolvimento saudável da criança, pois gera danos afetivos. Braga (2011) enfatiza que isso pode eventualmente gerar rejeição, baixa autoestima, desempenho escolar prejudicado e influenciar a vida como adulto em âmbito profissional e social.

As consequências geradas pelo abandono paterno, são tão importantes que atingem o ciclo da vida com as inúmeras adversidades desenvolvidas nesse trajeto, que em sua maioria não conseguem ser reparadas para que sua história aconteça com menor impacto possível. A Psicologia acolhe e ajuda de forma a compreender para que esse ciclo seja interrompido ou modificado para

melhor conduzir sua existência.

Art. 232-A. Deixar, sem justa causa, de prestar assistência moral ao filho menor de dezoito anos, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 4º desta Lei, prejudicando-lhe o desenvolvimento psicológico e social. Pena – detenção, de um a seis meses. Dessa forma, para melhor compreensão do conceito de abandono afetivo, precisa-se antes visualizar o conceito de família, Maria Berenice Dias (2021, p.139-140) traz um conceito bem claro sobre família:

O conceito atual de família é centrado no afeto como elemento agregador, e exige dos pais o dever de criar e educar os filhos sem lhes omitir o carinho necessário para a formação plena de sua personalidade. A enorme evolução das ciências psicossociais escancarou a decisiva influência do contexto familiar para o desenvolvimento sadio de pessoas em formação. Não se pode mais ignorar essa realidade, tanto que se passou a falar em paternidade responsável. Assim, a convivência dos pais com os filhos não é um direito, é um dever. Não há o direito de visitá-lo, há a obrigação de conviver com eles. O distanciamento entre pais e filhos produz consequências de ordem emocional e pode comprometer o seu sadio desenvolvimento. O sentimento de dor e abandono pode deixar reflexos permanentes em sua vida (BARROS, 2022, p. 139-140).

As crianças não conseguem entender o motivo que leva o “pai” a abandoná-las e promove diversas maneiras de desenvolver dificuldades sociais e familiares. Será que o amor pode ser cobrado, seja como demonstração de sentimentos, cuidado, afeto, bens materiais ou financeiros? Muitos dos genitores, defendem que o filho somente é “fruto de um ato”, que não deve ser responsável e que exclusivamente a pensão alimentícia consegue prestar a devida assistência a esse fruto. Infelizmente, partindo desse pensamento, devemos entender

que um dos pais se absteve de cumprir com o dever de educar, criar e cuidar devidamente de seu filho, porém o mínimo esperado é que os pais zelem pela criança. Amar não é obrigação e nem imposição, contudo as atitudes esperadas são deveres dos genitores.

Caso aconteça o abandono da criança, os pais correm o risco de serem punidos perante a lei. O primeiro contato da criança após o nascimento é com o vínculo familiar, compreendendo que ela é primordial para formação de sua personalidade, a falta de qualquer sentimento por parte da família ocasionará frustrações, fragilidades e dores que podem levar a problemas psicossociais alterando o caráter do sujeito (BARROS, 2022).

6 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA

A contribuição da psicologia é de imensa relevância, dados os aspectos emocionais e psicológicos que afetam a criança e seus conflitos. Os acontecimentos psicológicos são fatores que atormentam as decisões que estabelecerá durante o percurso do ciclo de vida (CANTALICE, 2022).

O processo percorrido pela criança durante a vida, pode intervir na formação do desenvolvimento em sua vida adulta. Com o crescimento os conflitos surgem, provocando um adoecimento pelas crises passadas em cada fase, do qual poderá acarretar problemas. As lutas com as transformações emocionais e psicológicas, que mais geram e influenciam é a ausência paterna. Podendo ser prejudicial no desenvolvimento emocional, cognitivo e comportamental de cada sujeito, ocasionando significativas transformações na personalidade e atitudes. Traumas que podem ocorrer como a ansiedade, insegurança, depressão e agressividade são alguns exemplos que afetam não só os envolvidos como também a família, amigos e o meio social (REIS; SILVA, s.d.).

Compreender a dimensão do dano sofrido e como lidar com o sentimento que vive em determinada área, ajuda a perceber que essas questões podem ser resolvidas para restaurar e suprir o que foi extraído, trazendo esclarecimentos e elucidando o tipo de tratamento ou bem material do qual necessita, assim o indivíduo pode seguir a vida trabalhando para atingir a cura ou amenizar seus sentimentos (CANTALICE, 2022).

Ainda conforme Cantalice (2022), mesmo que os pais tenham cotidianos exaustivos distribuídos em diversas tarefas, eles devem prezar pelos momentos de qualidade e amor, em que o afeto é demonstrado pessoal e/ou virtualmente. Quando uma dessas formas não ocorrem, a criança pode ter efeitos comportamentais e emocionais, e necessitar de acompanhamento psicológico para ajudar a entender os conflitos que estão acontecendo devido à ausência do pai.

O papel do psicólogo nesses casos, é oferta ajuda quando o convívio e o cuidado não ocorrem com a criança. Ele estabelece limites que constitui a falta que a figura paterna apresenta devido sua inexistência no meio familiar e social. Após o vínculo criado entre paciente e profissional, determina-se regras. Sendo essa construção de irrelevante importância, mostrando para a criança que lidar com o certo e errado é natural e normal. Fazendo com que entenda que respeitar é valioso quando alguém impuser regras, sem causar frustrações (REIS; SILVA, s.d.).

De acordo com Ferraz e Pacheco (2021), a psicoterapia infantil permite que a criança, desse modo, possa buscar novas formas de lidar com esses conflitos, expressar suas angústias e receber orientações para que possa entender o que está acontecendo e ter ideias claras sobre o que fazer. Ela vem sendo cada vez mais importante frente ao cenário de mudanças que vivemos, essencial para que acontecimentos ruins ou indesejáveis possam ser ressignificados,

de forma que, ao invés de ficar arrastada por sentimentos negativos, a criança possa criar uma narrativa sobre a experiência.

A psicoterapia infantil se tornou fundamental, no cenário atual de mudanças constantes, para que as crianças possam aprender novas habilidades, lidar com seus conflitos, receber orientações e lidar com momentos de angústia. Com ela, não só é possível que acontecimentos indesejáveis sejam encarados sob novos olhares, como também auxiliar na compreensão desses mesmos acontecimentos, de forma que seja possível criar narrativas a partir deles, evitando que a criança fique presa a sentimentos negativos. Assim, acredita-se que a psicoterapia infantil tem um papel indispensável no desenvolvimento saudável dos pequenos (FERRAZ; PACHECO, 2021).

O processo psicoterapêutico infantil é fundamentado na brincadeira, que é um dos meios mais eficazes para o desenvolvimento da criança. Através do brincar, a criança pode desenvolver habilidades como a atenção, memória, imitação, habilidades motoras e agilidade, algo que pode facilitar a socialização, a comunicação e a expressão. É também através da brincadeira que a criança aprende a se expressar de forma criativa e imaginativa. A prevenção contra transtornos psicológicos é um passo importante para o desenvolvimento mental saudável e para oferecer aproveitamento pleno ao indivíduo, podendo afetar de diferentes formas. Os fatores causadores de transtornos psicológicos incluem influências biológicas, genéticas, socioeconômicas e ambientais (LEITE, 2011).

7 DISCUSSÕES

Os primeiros descritores utilizados foram “ausência paterna” e foram pesquisadas nos periódicos sendo encontrados Google Acadêmico, SciELO e

BDTD. No periódico Google Acadêmico foram encontrados 16.100 artigos, no periódico SciELO foram encontrados 11 artigos e no BDTD foram encontrados 74 artigos, sendo utilizados 3 artigos e descartados 70 artigos.

Os segundos descritores foram “abandono afetivo”, e foram pesquisadas nos periódicos Google Acadêmico, SciELO e BDTD. No periódico Google Acadêmico foram encontrados 15.900 artigos, no periódico SciELO foram encontrados 02 artigos e no BDTD foram encontrados 387 artigos.

No total foram encontrados 32.474, e utilizados 06 artigos. Os restantes foram excluídos por não estarem relacionados ao tema e à pergunta-chave, estarem escritos em outras línguas que não a portuguesa, terem sido publicados antes de 2015 e em outros meios que não periódicos indexados e que não tratassem de maneira direta ou indireta da área do conhecimento da psicologia.

O primeiro artigo utilizado foi “Pai: obstáculo epistemológico?”, De acordo com Triska (2020), a hipótese do declínio paterno parte das mudanças sociais e culturais, que afetaram o lugar e o papel do pai na família e na sociedade. No entanto, essa visão problemática simplifica a realidade e ignora outras causas e variáveis da desordem social. A psicanálise contemporânea deve ir além da figura paterna e considerar outros elementos e dinâmicas presentes na sociedade.

Esse viés pai-centrado na abordagem psicanalítica da contemporaneidade pode ser problemático, pois limita a compreensão das complexidades e transformações que ocorrem nas estruturas familiares e nas relações sociais. Além disso, ao atribuir toda a responsabilidade pela ordem e função simbólica à figura paterna, desconsidera-se a importância das figuras maternas, das relações de cuidado e das influências culturais mais amplas. É importante considerar que as mudanças na estrutura familiar e nas funções parentais são reflexo

de transformações sociais mais amplas, como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o reconhecimento das diferentes formas de constituição familiar. Essas mudanças também trazem questionamentos sobre a rigidez e a validade dos papéis de gênero tradicionais, assim como sobre a heteronormatividade, o que amplia o leque de possibilidades de criação e de desenvolvimento pessoal (TRISKA, 2020).

A psicanálise contemporânea tem se dedicado a repensar o papel do pai e a ampliar o, entendimento das diversas configurações familiares e dos múltiplos tipos de parentalidade. Reconhece-se que a paternidade não se limita à figura do pai biológico, mas pode ser exercida por diferentes pessoas, independentemente de seu gênero, e que o desenvolvimento saudável de uma criança não depende apenas da presença ou ausência de uma figura paterna, mas de relações afetivas consistentes e significativas. Portanto, é importante transcender a visão pai-centrada e buscar uma compreensão mais ampla das dinâmicas familiares e das influências sociais na constituição do sujeito. A psicanálise contemporânea busca explorar a complexidade dessas relações, considerando as múltiplas dimensões do cuidado, do afeto e do suporte necessário para um desenvolvimento saudável, para além de uma visão simplista e hierarquizada do papel do pai (TRISKA, 2020).

O segundo artigo “Abandono Afetivo: Afeto e Paternidade em Instancias Jurídicas”, por Moreira e Toneli, (2015) busca analisar sobre a articulação entre paternidade e criminalidade presente no documento sobre “Abandono Afetivo”. Para isso, foi investigado como o discurso se constitui, qual a função enunciativa presente nele, a formação discursiva a que pertence e o sistema de arquivo que o sustenta. Em primeira análise é observado como o discurso sobre

a articulação entre paternidade e criminalidade se constitui no documento em questão. Busca-se identificar os discursos presentes, suas estruturas e relações de poder presentes na narrativa. Como a proposta arqueológica de Foucault sugere, não foi pesquisado por um começo absoluto, mas sim foi feita a investigação de como o discurso é construído e as relações de poder que o permeiam. Em seguida, é analisado qual a função enunciativa presente no discurso. Para isso, é buscado compreender quem é o sujeito que enuncia o discurso, sua posição de poder e quais os efeitos de verdade produzidos por esse discurso.

Esses princípios são baseados nas ideias de Michel Foucault e têm como objetivo orientar a elaboração de uma análise crítica. A primeira diretriz é não procurar interpretar o discurso de forma oculta, mas sim analisá-lo como um monumento, ou seja, como uma manifestação concreta de um determinado contexto histórico e social.

A segunda diretriz busca definir os discursos em sua especificidade, ou seja, identificar as regras e normas que os constituem e que os tornam distintos de outros discursos. A ideia é demonstrar que essas práticas discursivas possuem uma lógica própria e não podem ser reduzidas a outras formas de discurso. A terceira diretriz enfatiza que a análise não se baseia na obra individual em si, mas sim nas práticas discursivas que podem atravessar várias obras. Isso implica em comentar as obras tanto na íntegra quanto em parte, de acordo com o objetivo da análise. Por fim, a quarta diretriz destaca que a análise não busca reconstituir o pensamento ou desejo dos proferidores do discurso quando foi produzido, em vez disso, a arqueologia do mesmo consiste em uma descrição sistemática e objetiva do discurso como um objeto de estudo (MOREIRA; TONELI, 2015).

Em resumo, a ideia é analisar a relação entre paternidade e criminalidade

sem criar uma definição fixa ou ontologia do conceito de "pai". Em vez disso, busca-se compreender como diferentes discursos produzem efeitos ontológicos e operam através da circulação de movimentos ontológicos. A estratégia para atingir esse objetivo é habitar os próprios discursos, produzindo neles uma dissonância que vai contra a própria gramática do discurso (MOREIRA; TONELI, 2015).

O terceiro artigo "O envolvimento parental após a separação/divórcio", por Grzybowski e Wagner (2010), os resultados sugerem que, após o divórcio, as mães tendem a ter um envolvimento mais intenso com os filhos em várias áreas, como cuidados, interação, monitoramento e preocupação. Por outro lado, os pais têm um envolvimento mais forte em atividades fora do ambiente doméstico, como atividades sociais e públicas. Além disso, características contextuais, como coabitação com a mãe e frequência de visitas, e características dos pais, como ocupação, escolaridade e questões afetivo-conjugais, são fatores importantes que influenciam o envolvimento parental após o divórcio. Consequentemente, os efeitos estão seguindo com o modelo ecológico-contextual, que enfatiza a importância do ambiente e das interações sociais na compreensão do desenvolvimento humano. Além disso, eles corroboram a ideia de que o envolvimento parental é um processo complexo e multifacetado, influenciado por uma variedade de fatores. No entanto, é importante destacar que este estudo possui algumas limitações. Por exemplo, a amostra foi composta apenas por pais e mães separados/divorciados com filhos em idade escolar, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras populações. Além disso, o Inventário de Práticas Parentais, apesar de ser um instrumento válido e amplamente utilizado, pode não capturar todas as dimensões do envolvimento parental de forma abrangente (GRZYBOWSKI; WAGNER,

2010).

Os estilos parentais, por sua vez, são padrões mais duradouros de interação entre pais e filhos, que envolvem atitudes, crenças e comportamentos consistentes ao longo do tempo. Três estilos parentais têm sido amplamente estudados: autoritário, permissivo e autoritativo (BAUMRIND, 1966, 1997). O estilo autoritário caracteriza-se pela ênfase na obediência e no controle, com pouca abertura ao diálogo e à negociação. O estilo permissivo é marcado pela falta de limites claros e pela indulgência em relação aos desejos e demandas dos filhos. O estilo autoritativo é caracterizado pela combinação de limites claros e firmes com afeto e suporte emocional. Estudos mostram que o estilo autoritativo está associado a melhores resultados nas crianças e adolescentes, tanto em termos de ajustamento emocional quanto de desempenho acadêmico. Portanto, é importante que pais, educadores e profissionais de saúde estejam atentos as informações e possam utilizar esse conhecimento para promover um ambiente familiar mais saudável e favorável ao desenvolvimento dos filhos (GRZYBOWSKI, WAGNER; 2010).

No quarto artigo “Das saudades que se tem: a representação paterna na escrita autobiográfica de Bartolomeu Campos de Queirós”, Silva (2016), segundo Lacan, a figura paterna desempenha um papel crucial no desenvolvimento psíquico do indivíduo. Ele propõe três tipos de pais: o pai real, o pai simbólico e o pai imaginário. O pai real se refere ao pai biológico, a figura que está presente na vida do sujeito. No entanto, Lacan argumenta que a presença física não é suficiente para garantir a função paterna. É necessário que o pai exerça autoridade sobre a criança, impondo limites e regras.

Já o pai simbólico é uma função simbólica que representa a lei e a autoridade na sociedade. Ele está relacionado às normas e aos valores sociais que são

transmitidos ao sujeito desde cedo. O pai simbólico é responsável por estabelecer as regras da linguagem e da cultura, o que irá influenciar a formação do sujeito. Por fim, o pai imaginário é uma construção do sujeito, uma imagem idealizada do pai que ele deseja ter. Essa imagem idealizada muitas vezes é baseada em estereótipos culturais e pode variar de acordo com o indivíduo. O pai imaginário é uma projeção dos desejos e fantasias do sujeito em relação ao papel paterno (SILVA, 2016).

Esses três tipos de pais não são exclusivos e podem coexistir dentro da mesma pessoa. O pai real, o pai simbólico e o pai imaginário trabalham juntos na estruturação psíquica do indivíduo. A falta ou ausência de um ou mais desses pais pode gerar conflitos e dificuldades no desenvolvimento da identidade e da subjetividade do sujeito (SILVA, 2016).

É importante ressaltar que, para Lacan, ser pai não está relacionado apenas à função biológica de procriar, mas principalmente à função simbólica e social que o pai desempenha na formação do sujeito. A presença e participação ativa do pai na criação e educação dos filhos são fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança. Em suma, a teorização de Lacan sobre o conceito do que é ser um pai enfatiza a importância da função paterna na estruturação psíquica e social do indivíduo. A figura paterna desempenha papel essencial na inserção da criança na sociedade, na construção de sua identidade, no desenvolvimento de sua sexualidade e na internalização das normas culturais. Além disso, a presença e a autoridade paternas são fundamentais para evitar que os desejos primitivos do ser humano sejam realizados de forma descontrolada, garantindo a ordem social e evitando o caos na sociedade (SILVA, 2016).

No quinto artigo utilizado, “A prática social do reconhecimento voluntário de paternidade e seus reflexos nos domínios da vida das famílias” Rinco (2020),

é possível afirmar que a cultura e a ordem patriarcal reservam um lugar privilegiado aos pais, acima da teia doméstica formada pela mulher e pela criança. Isso permite aos pais escaparem da responsabilidade da paternidade indesejada, enquanto as mães continuam submetidas à maternidade. Essa cultura patriarcal cria um sistema de dominação e deserção, que determina a intensidade e a configuração dessas relações de poder.

Essas mudanças nas famílias têm levado a uma redefinição dos papéis de paternidade e filiação. Antes, a família era organizada de acordo com a divisão tradicional de gênero, na qual o homem era responsável pelo sustento da família, enquanto a mulher cuidava do lar e dos filhos. No entanto, com as mudanças no modelo de família, as responsabilidades e expectativas em relação aos papéis masculinos também estão se transformando. Agora, espera-se que o homem seja mais participativo na vida familiar, compartilhando as responsabilidades domésticas e cuidando dos filhos juntamente com a mulher (RINCO, 2020). Além disso, as concepções tradicionais de masculinidade, baseadas em características como machismo, virilidade e força, estão sendo questionadas. O novo homem é aquele que não se encaixa nessas concepções estereotipadas, mas sim assume um papel mais igualitário e solidário na família (RINCO, 2020).

Essas transformações nas relações de paternidade e filiação são reflexo das mudanças mais amplas na sociedade, que tem buscado combater a desigualdade de gênero e promover a igualdade entre homens e mulheres. Essas mudanças não apenas afetam as relações familiares, mas também têm repercussões nas esferas políticas, econômicas e culturais (RINCO, 2020).

No entanto, apesar dessas mudanças positivas, ainda existem desafios a serem enfrentados. Muitos homens ainda carregam expectativas tradicionais de masculinidade e resistem em assumir

um papel mais ativo na família. Além disso, as estruturas sociais e institucionais nem sempre estão preparadas para apoiar e incentivar a igualdade de gênero na família. Portanto, é necessário continuar lutando por uma sociedade mais igualitária, na qual homens e mulheres possam compartilhar igualmente as responsabilidades e os prazeres da vida familiar. Somente assim será possível construir famílias mais justas e felizes (RINCO, 2020).

No quinto e último artigo, “Privação precoce e tardia da figura do pai e tendência antissocial infantil” (Santos, 2016) cita que uma das principais teorias que embasam a relação entre a ausência paterna e o desenvolvimento de comportamentos antissociais é a teoria do apego. Segundo essa teoria, o apego entre pais e filhos é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, fornecendo um ambiente seguro e afetivo no qual ela pode aprender a regular suas emoções e comportamentos.

Quando a figura paterna está ausente, seja por abandono, divórcio ou outras circunstâncias, a criança pode desenvolver uma série de dificuldades emocionais e comportamentais. A ausência do pai pode interferir na formação do apego seguro, tornando a criança mais vulnerável ao desenvolvimento de problemas de comportamento. Além disso, a presença do pai na vida da criança também desempenha um papel importante como modelo de comportamento e autoridade. A figura paterna costuma ter um estilo de interação diferente da mãe, o que gera uma complementaridade na educação e na socialização da criança. Sem a presença do pai, a criança pode ter dificuldades em desenvolver habilidades sociais e em internalizar regras e limites, o que pode levar ao surgimento de comportamentos antissociais (SANTOS, 2016).

A presença paterna não é o único fator que influencia o desenvolvimento da tendência antissocial infantil. Outros

fatores, como genética, ambiente social, histórico familiar e exposição à violência, também desempenham um papel importante nesse processo. Para lidar com essa situação, é fundamental que haja intervenção e suporte à criança e à família. Programas de intervenção precoce, como terapia familiar e programas de treinamento parental, podem ser eficazes para promover a resiliência e reduzir o risco de comportamentos antissociais. Além disso, é importante que a criança tenha acesso a outros modelos positivos e figuras de apego em sua vida, como avós, tios, professores, entre outros. Em resumo, a ausência paterna pode ser um fator de risco para o desenvolvimento da tendência antissocial infantil. No entanto, é importante considerar todos os aspectos que influenciam esse desenvolvimento e buscar intervenções adequadas para promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança (SANTOS, 2016).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível compreender o abandono afetivo como uma problemática que afeta diretamente o desenvolvimento infantil, com ênfase na perspectiva psicanalítica. Por meio de uma revisão bibliográfica, foi possível explorar os principais conceitos freudianos sobre o desenvolvimento infantil, as relações parentais e o impacto do abandono paterno na vida das crianças.

Verificou-se que o abandono afetivo paterno pode acarretar consequências negativas no desenvolvimento psíquico e emocional das crianças, como baixa autoestima, dificuldades de relacionamento e baixo rendimento acadêmico. Além disso, a ausência paterna também pode levar a transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade.

Percebeu-se ainda que o abandono afetivo é um fenômeno complexo e multifatorial, sendo influenciado por questões sociais, culturais e individuais.

Nesse sentido, é fundamental a realização de estudos mais aprofundados para compreender melhor os fatores que contribuem para o abandono e suas consequências, bem como para o estabelecimento de políticas públicas que visem prevenir e remediar essa situação.

A partir da perspectiva psicanalítica, é importante destacar a relevância do papel do pai na estruturação psíquica da criança, especialmente durante as fases iniciais do desenvolvimento. A presença e o envolvimento afetivo do pai são essenciais para a construção da identidade e para o estabelecimento de relações saudáveis com o mundo exterior. Diante disso, é necessário promover a conscientização sobre a importância da figura paterna e do afeto na vida das crianças. Os pais devem ser encorajados a participar ativamente na vida de seus filhos, oferecendo suporte emocional, estabelecendo limites e exercendo um papel de referência positiva.

Por fim, este estudo ressalta a importância do tema do abandono afetivo e da figura paterna para a psicanálise e para a sociedade de modo geral. É necessário promover debates e reflexões sobre essa temática, a fim de que sejam desenvolvidas ações e políticas efetivas para prevenir e combater o abandono afetivo paterno, garantindo assim um melhor desenvolvimento emocional e psicológico das crianças.

A psicanálise pode contribuir de forma significativa nessa discussão, fornecendo subsídios teóricos e clínicos para a compreensão dos mecanismos envolvidos no abandono afetivo e na sua superação. Portanto, é fundamental continuar pesquisando e investigando esse tema, visando o bem-estar das crianças e a construção de uma sociedade mais saudável e acolhedora.

REFERÊNCIAS

ABANDONO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2009-

2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/abandono/>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ALENCAR, M. L. de; MORAES, R. C. P. de. O impacto da figura paterna no desenvolvimento humano. *Psicologia - Saberes & Práticas*, v. 1, n.1, p. 54-61, 2017. Disponível em: <<https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/12122017145225.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ALVES, A. J. P. O preço do amor: a indenização por abandono afetivo. *Revista Direito & Dialogicidade*, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/588-1937-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BARROS, R. P. Abandono afetivo paterno: Análise Jurídica Sobre o Abandono Paterno no Brasil Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 03 nov. 2022, 04:05. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/59792/abandono-afetivo-paterno-anlise-juridica-sobre-o-abandono-paterno-no-brasil>>. Acesso em: 09 abr. 2023.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Rev. Psicopedagogia*, v. 28, n. 85, p. 675, 2011. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v28n85a07.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2023

BERGMANN, D. S.; EIZIRIK, M. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rprs/a/VL5NfS6HGG99Z9td3374FM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRAGA, D. M. Responsabilidade Civil por Abandono Afetivo. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/ESMP/monografias/dir.familia/responsabilidade.civil.por.abandono.afetivo.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CAMPOS, B. A. G.; BAQUIÃO, L. A. Abandono afetivo paterno: as consequências do pai ausente na infância. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/repositorio/wp-content/uploads/sites/10011/2023/05/ABANDONO-AFETIVO-PATERNOC2%AC_AS-CONSEQU%C3%84NCIAS-DO-PAI-AUSENTE-NA-INF%C3%82NCIA.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

CANTALICE, J. B. Abandono Afetivo, Psicologia e Direito: compreendendo afetos e protegendo garantias. João Pessoa, 2022. 56 f. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24025/1/JBC06072022.pdf>>. 2022. Acesso em: 15 abr. 2023.

CANEZIN, C. C. Da reparação do dano existencial ao filho decorrente do abandono paterno-filial. *Revista Brasileira de Direito de Família*. Porto Alegre, v. 8, n. 36, p.71-87, jul. 2006.

CIA, F.; WILLIAMS, L. C. de A.; AIELLO, A. L. R. Influências paternas no desenvolvimento infantil: Revisão da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 9, n. 2, p. 225-233, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200005>. Acesso em: 10

jun. 2023.

COSTA, D. G. R.; OLIVEIRA, V. H. de. A importância da função paterna psicanalítica no desenvolvimento infantil. *Psicologia - Saberes & Práticas*, v. 2, n. 1, p. 46-52, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/16012019151553.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

COSTA, E. R. da. OLIVEIRA, K. E. de. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. v. 2, n. 11, 2011. doi: 10.5216/rir.v2i11.1239.

DESSEN, M. A.; SILVA, P. N. L. A família e os programas de intervenção: tendências atuais. Em E.G. Mendes, M.A. Almeida, & L.C.A. Williams (orgs.). *Avanços recentes em Educação Especial*. São Carlos: EDUFSCar., p.179-187, 2004.

DIAS; M. B. Manual de Direito das Famílias. 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006 DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Vol. 5: direito de família. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

EUZÉBIO, A. Fases De Desenvolvimento Psicosssexuais Em Freud. 2020. Disponível em: <https://egaio.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Fases-de-Desenvolvimento-Psicosssexuais-em-Freud.pdf>. Acesso em 25 mar. 2023.

FARIAS, T. M. da S.; NANTES, E. da S.; AGUIAR, S. M. de. Fases Psicosssexuais Freudianas. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/698.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PSICANÁLISE (FEBRAPSI). Biografias: Sigmund Freud. Disponível em: <https://www.febrapsi.org/wp-content/uploads/2016/10/sigmund-freud.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2023.

FERRAZ, L. M.; PACHECO, I. C. Psicoterapia Infantil. 2020. Disponível em: <https://repositorio.alfauni-pac.com.br/publicacoes/2021/685_psicoterapia_infantil.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FREITAS, A. P. dos S. de et al. Estudo Sobre Desenvolvimento Psicosssexual Infantil Na Perspectiva Da Psicanálise Em Crianças De Cacoal-RO. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/194-Texto%20do%20artigo%20(enviar%20arquivo)-407-1-10-20200413.pdf>. Acesso em: 09 mar, 2023.

LAMB, E. M. The role of the father in child development. New Jersey: Wiley, inc., 2004.

LEITE, A. M. P. A importância do lúdico no desenvolvimento infantil. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/46732666/A-IMPORTANCIA-DO-LUDICO-NO-DESENVOLVIMENTO-INFANTIL-Angela>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MOREIRA, L. E.; TONELI, M. J. F. Abandono Afetivo: Afeto e Paternidade em Instâncias Jurídicas. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 35, n. 4, p. 1257-1274, 2015. Disponível em: <scielo.br/j/pcp/a/DM7kHVSKMnNrWr-WHVzTWfFj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2023.

NASIO, J-D. O prazer de ler Freud. [tradução, Lucy Magalhães; revisão técnica, Marco Antônio Coutinho Jorge]. — Rio

de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Disponível em: <<https://obsam.ufrn.br/wp-content/uploads/2020/06/J.-D.-Nasio-O-prazer-de-Ler-Freud.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

PAI. In: SIGNI, Significados. Porto: 7Graus, 2011-2023. Disponível em: <significados.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PAIVA, M. E. R.; FREIRE, J. M. de O.; OLIVEIRA, B. M. G. de. Responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo paterno-filial: uma análise dos requisitos e possibilidades para sua aplicação. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22630/1/TCC%20-%202022.1%20-%20JEAN%20E%20MARIA%20EDUARDA%20corrigido.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

PIRES, M. F. O abandono afetivo parental. Centro Universitário do Cerrado, 2017. Disponível em: <<https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/psicologia/monografias/20172/OAbandonoAfetivoParental.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RINCO, A. C. A prática social do reconhecimento voluntário de paternidade e seus reflexos nos domínios da vida das famílias. Viçosa – MG, 167 f. 2020. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/29130/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS, G. A. G.s dos. Privação precoce e tardia da figura do pai e tendência

antissocial infantil. Ribeirão Preto – SP, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-01022017-155617/publico/GabrielSantosoriginal.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2023.

SERÔDIO, S. G. A Função Paterna e o Desenvolvimento Infantil: Influência da Gratificação Parental e da Presença versus Ausência nos Primórdios do Auto-Conceito da Criança. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2141/1/22267_ulfp034845_tm.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

SILVA, C. D. Das saudades que se tem: a representação paterna na escrita autobiográfica de Bartolomeu Campos de Queirós. 122 f. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17805/1/SaudadesTemRepresentacao.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, J. M. da. O lugar do pai: uma construção imaginária. Belo Horizonte, 150f. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_SilvaJM_1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

REIS, L. D.; SILVA, Y. V. N. da. Os impactos da ausência paterna no desenvolvimento do adolescente. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17283/1/TCC%20Larissa%20e%20Yorrane.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2023.